

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.832.589 - PR (2019/0244529-2)

RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO
AGRAVANTE : ORIVALDO RODRIGUES SIMOES
ADVOGADO : ANDRÉ LUIS BAUER BRIZOLA - PR049413
AGRAVADO : BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
AGRAVADO : FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITARIOS
MULTSEGMENTOS NPL IPANEMA VI - NAO PADRONIZADO
ADVOGADOS : BLAS GOMM FILHO - PR004919
ANA LÚCIA FRANÇA - PR020941
THAIS CRISTINA DA SILVA DE SOUZA - PR069399

DECISÃO

Trata-se de agravo interno interposto por ORIVALDO RODRIGUES SIMÕES, contra decisão desta Relatoria (e-STJ, fls. 242/244), que negou provimento ao recurso especial, com base na Súmula 83/STJ.

Em suas razões recursais, o agravante sustenta, em síntese, que *"o presente recurso trata exclusivamente de majoração de honorários sucumbenciais em obediência ao artigo 85, §2º do CPC/15 e não de sucumbência recursal"* (fl. 247), acentuando que *"desta forma, o juízo deveria se balizar no §2º do art. 85 do CPC/15, fixando honorários entre 10 e 20 por cento sobre o valor da causa"* (fl. 253).

Devidamente intimada, a parte agravada apresentou impugnação às fls. 261/269.

É o relatório. Decido.

Afiguram-se relevantes as alegações do presente recurso. Dessa forma, reconsidero a decisão hostilizada, passando ao exame do mérito recursal.

Trata-se de recurso especial interposto por ORIVALDO RODRIGUES SIMÕES com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional em face de acórdão proferido pelo Eg. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado (e-STJ Fl. 121):

"Agravo de Instrumento. Ação de busca e apreensão fiduciária. Comprovação da constituição em mora. Requisito indispensável. Inteligência da Súmula nº 72 do STJ e dos arts. 2º § 2º e 3º do decreto-lei nº 911/69.

Imprescindível a entrega da notificação extrajudicial no endereço da parte devedora. No caso, tentativa de entrega de duas notificações no endereço do contrato de financiamento. retorno

com a informação "ausente" e "número inexistente", respectivamente. além disso, uma terceira notificação extrajudicial foi enviada para o endereço diverso do constante no contrato. mora não comprovada. Extinção da busca e apreensão sem resolução do mérito. artigo 485, IV, do código de Processo Civil. Precedentes. Recurso provido."

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados às fls. 140/144.

Nas razões do recurso especial, o recorrente aponta violação ao art. 85, §2º do CPC/2015. Para tanto, sustenta, em síntese, que *"o arbitramento da verba advocatícia mesmo por equidade deve observar o previsto no art. 85, §2º, I, II, III e IV do CPC/15"* (fl. 150).

No tocante ao pleito de alteração no arbitramento dos honorários advocatícios sucumbenciais, de fato, assiste razão à parte recorrente.

O Tribunal de origem, ao fixar os honorários advocatícios devidos em razão da extinção da ação de busca e apreensão, entendeu ser o caso de fixação da verba por apreciação equitativa (fl. 131):

Assim, de acordo com o contido no art. 485, inciso IV do novel CPC, a ação deve ser extinta, sem a resolução do mérito, pois não comprovada a mora e então não presente um dos pressupostos essenciais à constituição e desenvolvimento válido do processo, na forma do DL 911.

A partir disso, e atendendo as regras da sucumbência, deverá a parte autora arcar com as despesas processuais, bem como arcar com os honorários advocatícios da parte adversa ora arbitrados em R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Nesse ponto, a decisão afronta o entendimento da Segunda Seção do STJ, firmado por ocasião do julgamento do REsp 1.746.072/PR, em 13/2/2019, no sentido de que os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser fixados, em regra, com observância dos percentuais e da ordem de gradação da base de cálculo estabelecida pelo art. 85, § 2º, do CPC/2015, nos seguintes termos: 1º) com base no valor da condenação; 2º) não havendo condenação ou não sendo possível valer-se da condenação, com base no proveito econômico obtido pelo vencedor; ou 3º) não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, sobre o valor atualizado da causa.

O referido julgado restou assim ementado:

"RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. JUÍZO DE EQUIDADE NA FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA. NOVAS REGRAS: CPC/2015, ART. 85, §§ 2º E 8º. REGRA GERAL OBRIGATÓRIA (ART. 85, § 2º). REGRA SUBSIDIÁRIA (ART. 85, § 8º). PRIMEIRO RECURSO ESPECIAL PROVIDO. SEGUNDO RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

1. O novo Código de Processo Civil - CPC/2015 promoveu expressivas mudanças na disciplina da fixação dos honorários advocatícios sucumbenciais na sentença de condenação do vencido.

2. Dentre as alterações, reduziu, visivelmente, a subjetividade do julgador, restringindo as hipóteses nas quais cabe a fixação dos honorários de sucumbência por equidade, pois: a) enquanto, no CPC/1973, a atribuição equitativa era possível: (a.I) nas causas de pequeno valor; (a.II) nas de valor inestimável; (a.III) naquelas em que não houvesse condenação ou fosse vencida a Fazenda Pública; e (a.IV) nas execuções, embargadas ou não (art. 20, § 4º); b) no CPC/2015 tais hipóteses são restritas às causas: (b.I) em que o proveito econômico for inestimável ou irrisório ou, ainda, quando (b.II) o valor da causa for muito baixo (art. 85, § 8º).

3. Com isso, o CPC/2015 tornou mais objetivo o processo de determinação da verba sucumbencial, introduzindo, na conjugação dos §§ 2º e 8º do art. 85, ordem decrescente de preferência de critérios (ordem de vocação) para fixação da base de cálculo dos honorários, na qual a subsunção do caso concreto a uma das hipóteses legais prévias impede o avanço para outra categoria.

4. Tem-se, então, a seguinte ordem de preferência: (I) primeiro, quando houver condenação, devem ser fixados entre 10% e 20% sobre o montante desta (art. 85, § 2º); (II) segundo, não havendo condenação, serão também fixados entre 10% e 20%, das seguintes bases de cálculo: (II.a) sobre o proveito econômico obtido pelo vencedor (art. 85, § 2º); ou (II.b) não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, sobre o valor atualizado da causa (art.

85, § 2º); por fim, (III) havendo ou não condenação, nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou em que o valor da causa for muito baixo, deverão, só então, ser fixados por apreciação equitativa (art. 85, § 8º).

5. A expressiva redação legal impõe concluir: (5.1) que o § 2º do referido art. 85 veicula a regra geral, de aplicação obrigatória, de que os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser fixados no patamar de dez a vinte por cento, subsequentemente calculados sobre o valor: (I) da condenação; ou (II) do proveito

econômico obtido; ou (III) do valor atualizado da causa; (5.2) que o § 8º do art. 85 transmite regra excepcional, de aplicação subsidiária, em que se permite a fixação dos honorários sucumbenciais por equidade, para as hipóteses em que, havendo ou não condenação: (I) o proveito econômico obtido pelo vencedor for inestimável ou irrisório; ou (II) o valor da causa for muito baixo.

6. Primeiro recurso especial provido para fixar os honorários advocatícios sucumbenciais em 10% (dez por cento) sobre o proveito econômico obtido. Segundo recurso especial desprovido." (REsp 1746072/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Rel. p/ Acórdão Ministro RAUL ARAÚJO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/02/2019, DJe 29/03/2019)

Segundo tal posição, é subsidiária a aplicação do art. 85, § 8º, do CPC/2015, apenas possível na ausência de qualquer das hipóteses do § 2º do mesmo dispositivo: *"assim, a incidência, pela ordem, de uma das hipóteses do art. 85, § 2º, impede que o julgador prossiga com sua análise a fim de investigar eventual enquadramento no § 8º do mesmo dispositivo, porque a subsunção da norma ao fato já se terá esgotado".*

Cumprе destacar que o § 6º do mesmo artigo orienta que os limites e critérios previstos no § 2º aplicam-se independentemente do conteúdo da decisão, *"inclusive aos casos de improcedência ou de sentença sem resolução de mérito"*. Nesse sentido:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REVISÃO. SÚMULA Nº 7/STJ. NÃO INCIDÊNCIA. APRECIÇÃO EQUITATIVA. IMPOSSIBILIDADE. LIMITES LEGAIS. NÃO OBSERVÂNCIA. VALOR IRRISÓRIO. MAJORAÇÃO. POSSIBILIDADE.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. O Tribunal Superior de Justiça tem afastado o óbice da Súmula nº 7/STJ, para rever a verba honorária arbitrada nas instâncias ordinárias, quando verifica que o julgador se distanciou dos critérios legais e dos limites da razoabilidade para fixá-la em valor irrisório.

3. O § 8º do art. 85 do CPC/2015 se aplica somente quando o valor da causa é muito baixo e, além disso, seja irrisório ou inestimável o proveito econômico experimentado. Caso

contrário, os honorários advocatícios devem ser arbitrados a partir do valor da causa ou do proveito econômico experimentado, com obediência aos limites impostos pelo § 2º do art. 85 do CPC/2015, os quais se aplicam, inclusive, nas decisões de improcedência e quando houver julgamento sem resolução do mérito.

4. Agravo interno não provido."

(AgInt no AREsp 1.187.650/SP, Rel. Ministro **RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 30/04/2018 - grifou-se)

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 85, §§ 2º E 6º, DO NCPC. NECESSIDADE DE FIXAÇÃO DA VERBA HONORÁRIA ENTRE 10% E 20% DO VALOR DA CAUSA. SOLIDARIEDADE ENTRE AS RÉS. LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO. INTERPOSIÇÃO DE RECURSO POR APENAS UMA DELAS. PROPORCIONALIDADE. ART. 87 DO NCPC. AGRAVO NÃO PROVIDO.

*1. "O § 8º do art. 85 do CPC/2015 se aplica somente quando o valor da causa é muito baixo e, além disso, seja irrisório ou inestimável o proveito econômico experimentado. Caso contrário, os honorários advocatícios devem ser arbitrados a partir do valor da causa ou do proveito econômico experimentado, com obediência aos limites impostos pelo § 2º do art. 85 do CPC/2015, os quais se aplicam, inclusive, nas decisões de improcedência e quando houver julgamento sem resolução do mérito." (AgInt no AREsp 1187650/SP, Rel. Ministro **RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**, DJe 30/04/2018).*

2. Deve a ora agravada receber a metade dos honorários advocatícios que foram majorados, pois, a teor do art. 87 do NCPC, esse é o montante que corresponde à proporcionalidade de seu sucesso na demanda.

3. Agravo interno não provido."

(AgInt no AREsp 1249196/SP, Rel. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 08/11/2018, DJe 14/12/2018 - grifou-se)

Na hipótese, o acórdão recorrido extinguiu, sem resolução do mérito, a ação de busca e apreensão, de modo que a verba honorária deve ser fixada com base no valor atualizado da causa, e não por equidade, havendo clara identificação da mesma nos autos (R\$ 20.662,33 - vinte mil, seiscentos e sessenta e dois reais e trinta e três centavos).

Diante do exposto, dou provimento ao agravo interno para reconsiderar a

Superior Tribunal de Justiça

decisão agravada e, em nova análise, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, dou provimento ao recurso especial a fim de fixar os honorários advocatícios devidos ao recorrente no montante de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, com esteio no art. 85, § 2º, do CPC/2015.

Publique-se.

Brasília (DF), 11 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator